

- XCIII -**VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O PAPEL DO SINDICATO DOCENTE**

Valdegil Daniel de Assis
(UFPB- Brasil)
danielassis6@hotmail.com

Raquel do Nascimento Sabino
(UFPB- Brasil)
raquelsabino26@gmail.com

Luiz de Souza Junior
(UFPB/ANPAE- Brasil)
luizjunior@gmail.com

O magistério, no Brasil, sofreu forte desvalorização das suas condições de trabalho e de salário, sobretudo após os anos 1970, período autoritário, passando pela política econômica de cunho neoliberal nos anos 1990, e só recentemente experimentou algumas mudanças positivas nas condições salariais e trabalhistas, a despeito da expansão da educação básica. Nessas condições, a educação nacional manteve alarmantes índices de baixo desempenho.

Este artigo lança um olhar sobre o papel dos sindicatos docentes no processo de valorização docente dos profissionais da educação básica da rede pública. Resgata sucintamente o surgimento do sindicato docente no Brasil, visto como instituição representativa de classes cuja função é lutar pela garantia dos direitos dos profissionais do magistério, e situa o momento atual de crise do sindicalismo em geral e seus reflexos na questão do trabalho docente. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental, que possibilitou, a partir das referências escolhidas, uma análise reflexiva dos temas abordados neste trabalho.

Sindicalismo docente no Brasil

As raízes propriamente ditas do sindicalismo docente brasileiro estão arraigadas nos antigos movimentos em busca da formação do Sistema Público de Ensino no Brasil. As primeiras associações de professores do ensino “primário” e “secundário” datam do início do século XX e se expandem em meados dos anos de 1930 (Rêses, 2015). Contribuíram para o florescimento dessas entidades os debates em torno do Manifesto dos Pioneiros da Educação e os embates travados na elaboração em torno da política educacional dos anos de 1930 e 1940.

Entre os anos de 1946 a 1960, a organização de um sistema nacional refletia a demanda dos professores que apresentavam suas reivindicações nacionais. Esse período foi importante para a consolidar uma representação nacional com a criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil – CPPB, em 1960. Essa entidade, mais tarde, em 1973, passa a ser a Confederação dos Professores do Brasil – CPB. Com a legalização da representação sindical na Constituição de 1988, após o fim do regime militar instaurado no país em 1964, a CPB originou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

Desde seu nascimento até os dias atuais, os sindicatos docentes tem vivenciado enormes desafios, que vão desde o modo como são encaminhadas suas reivindicações, passando pela a negação dos gestores em cumprir a legislação, até aos entraves quanto ao direito de greve. Na atualidade, a CNTE, conta com 50 sindicatos afiliados nos 26 estados e o Distrito Federal e nos 5570 municípios. Essa fragmentação parece dificultar a organicidade em termos de lutas gerais por salários e jornada. A ausência de uma Sistema Nacional de Educação contribui também para a essa falta de unidade.

Almeida, ao analisar as questões sindicais em Portugal, menciona, com base em Costa (2001, p. 56) o “reconhecimento histórico dos sindicatos enquanto organizações, que deram ‘voz aos interesses da classe trabalhadora’, na luta pela dignificação e valorização econômica do trabalho humano. Porém, destaca que, de acordo com Cerdeira (2004) no período de forte ajuste das contas públicas, os sindicatos vêm apresentando sinais de declínio por conta da globalização, do aumento do desemprego e da liberalização dos mercados (Almeida, 2011, p. 30-31).

Em que pesem essas dificuldades, os sindicatos docentes, nos últimos anos, tem assumido uma postura cada vez mais propositiva no sentido de articular as lutas salariais com as lutas pela melhoria da educação como um todo, participando ativamente da construção de propostas referente aos planos nacionais de educação e da legislação infraconstitucional, com ênfase para as mudanças no financiamento da educação pública.

Araújo (2016), relata como marco importante das lutas da CNTE travadas em prol do magistério a participação nas negociações, em 1990, resultando no pacto pela Valorização do Magistério, que exigia qualidade e profissionalização do magistério. A CNTE também irá se fazer presente em todos os processos de construção de Conferências nacionais e Planos nacionais, estaduais e municipais de educação.

Valorização dos profissionais da educação básica no Brasil

A Constituição Federal de 1988 e A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/96) preveem a valorização dos profissionais da educação com garantia de planos de carreira, ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos aos das redes públicas. Em 2008, a Lei nº

11.738/2008 instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da educação básica. Desse modo, pode-se dizer que, na legislação, houve avanços quanto à valorização dos profissionais da educação. Entretanto, mesmo com todas as leis que tratam dessa obrigatoriedade e financiamento, há distância entre os recursos que se destinam à educação e a remuneração dos profissionais da educação, por conseguinte na valorização profissional.

A partir do final dos anos de 1990, algumas pesquisas (Camargo, Jacomini, 2015; Fernandes et al., 2012; Louzano et al., 2010; DIEESE, 2013) captaram importantes alterações na remuneração dos docentes da educação básica: crescimento do rendimento médio dos docentes nos estados do Nordeste e do Centro-Oeste, acompanhado de perto pelo das regiões Sul e Norte; ganhos reais dos últimos 11 anos demonstrando que uma política progressiva de valorização do magistério pode ser alcançada com investimento em carreira, salário e formação; viu-se que a política de municipalização do ensino gerou os salários mais baixos, o que evidencia a necessidade de articulação de um sistema nacional de educação.

As melhorias salariais recentes refletiram o crescimento da economia brasileira e a implementação de políticas de valorização docente como o PSPN, além da pressão dos sindicatos docentes. Mas as duas primeiras condições deixaram de existir na atualidade. Assim, a política de ajuste fiscal deve reverter a tendência de avanço da remuneração docente, caso não haja resistência.

Considerações finais

A condição do trabalho docente, traduzida por formação, qualificação, remuneração e carreira, contribui diretamente para a melhoria do rendimento escolar. Com efeito, ofertar educação requer do Estado políticas públicas de educação que atendam às exigências de um ensino de qualidade e, dentre elas, a garantia de valorização docente dos profissionais do magistério, por serem eles essenciais na consolidação do direito à educação. O papel dos sindicatos docentes nesse processo é fundamental para o alcance de melhores condições de vida, isto é, de dignidade, do magistério público. Daí a necessidade de ampliar os estudos sobre a representação sindical docente.

Referências

ALMEIDA, António J. O que esperam os trabalhadores dos sindicatos? Entre militantes e clientes. In: ARAÚJO, Manoel; MARTINS, Dora (Coord.). **Investigação e intervenção em recursos humanos: gestão para a cidadania**. Porto, PT: Edições Politema, 2012, p. 29-42.

ARAÚJO, Heleno. *Organização e lutas da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação em defesa da formação de professores*. In SPAZZLANI, Maria de Lourdes (Org.). **Profissão de professor: cenários, tensões e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2016.

BRASIL. Constituições Brasileiras: 1988. vol. VII. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2003.

_____. **Lei 11.738, de 16/07/2008 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional)**. Disponível em <http://www.planalto.gov.com.br>. Data de acesso em 05/06/2017.

_____. **Lei 9.394, de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)**. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Data de acesso em 05/06/2017.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; JACOMINI, Márcia Aparecida (Orgs.). Vencimento e remuneração docente no Brasil: resultados de pesquisa. São Paulo: Xamã, 2015.

DIEESE. **Nota Técnica n 141**. Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica: uma análise a partir dos dados do Pnad. Outubro de 2014. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec141DocentesPnadvf.pdf>

FERNANDES Maria Dilnéia Espíndola et. al. Remuneração de professores no Brasil: um olhar a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 339-356, abr./jun. 2012, pp. 339-356.

LOUZANO Paula et al. Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação docente no Brasil. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 543-568, set./dez. 2010, pp. 543-568.

RÊSES, Erlandes da Silva. **De Vocação para Profissão**: Sindicalismo docente da Educação Básica no Brasil. Brasília: Paralelo 15, 2015.